



CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais

[www.ciari.org](http://www.ciari.org)

10 de Março de 2005

# *Entre a Terra e o Mar*

Artigo de Opinião

*Maria Miguel SOUSA GALITO*

**Mestre em Economia**  
**Doutoranda em Ciência Política e Relações Internacionais**  
Instituto de Estudos Políticos

Universidade Católica Portuguesa  
*Entre a Terra e o Mar*

Portugal é um Estado-Nação – um só Estado, uma só Nação – há nove séculos. Em cinco dos quais foi um império à escala mundial. Possui as fronteiras mais antigas do continente europeu. E dividiu o mundo em dois, por duas vezes.

Respira uma identidade muito própria. Um misto de fado e de saudade. Que nos lembra a nossa terra, mesmo se nos leva o mar.

O *ser português* não é uma questão racial ou herança sanguínea. Até porque o país foi percursor da globalização, habituado desde cedo a integrar pessoas do mundo inteiro. Mas um espírito solidário, que enraíza tradições muito antigas a uma língua de poetas, como Camões.

Ser português, é um desígnio que arrebatava em grandes momentos mas que também se acomoda ao quotidiano. Vantagens e desvantagens que não podem ser descuradas; mas rentabilizadas.

Analisemos aqui a questão do ponto de vista da Política Externa de Portugal.

Portugal garantiu a sua existência enquanto país litoral; atendendo a que a sua faixa continental e os seus arquipélagos, são atlânticos – embora, não raras vezes, o país se veja inserido na geopolítica da Europa mediterrânica.

Voltar as costas ao passado é menos razoável do que enfrentar os muitos erros, alguns insuportavelmente pesados, que resultaram da experiência.

Mas com os erros, aprende-se.

E, desde o 25 de Abril e da Revolução dos Cravos, justiça seja feita, a nossa reputação internacional melhorou exponencialmente, invertendo para melhor.

Mas se temos ganho alguns pontos no âmbito da diplomacia político-estratégica, a nossa diplomacia cultural ainda é insipiente. Para não falar da diplomacia económica, mera sombra do seu potencial estratégico.

Ou seja, o país só será bem sucedido se aproveitar as suas *mais valias*. Se diversificar os investimentos em carteira. Caso contrário,

continuará a descer na escada que conduz a um nível inferior, sinónimo de má performance estatística e de irrelevância no xadrez internacional.

O que nos devotaria a um estatuto irreconhecível, próximo do de um Estado-Exíguo. Certamente uma humilhação para um país com a nossa História.

Como impedi-lo?

Primeiro, é preciso definir objectivos graduais e mensuráveis, de longo prazo, que permitam obter uma *Estratégia Nacional* que seja mais que a soma das suas partes, mas um conjunto harmonioso de políticas que não mudem completamente de uns anos para outros. Urge uma linha de rumo.

Porque planos conjunturais apenas satisfazem (quando o fazem!) necessidades de curto prazo, mantendo-nos dependentes de políticas estruturais que, com o tempo, só se tornam mais difíceis de levar a efeito.

Segundo, a diplomacia político-estratégica deve reivindicar mais a *reciprocidade*, para que Portugal possa beneficiar mais das alianças privilegiadas que tem sabido cultivar. O país precisa arranjar maneira de estar presente na mesa das negociações, de ser ouvido; para valer directamente (e não através de intermediários) pelos seus interesses geopolíticos.

Terceiro, a diplomacia cultural deve respirar auto-estima, para ser *efectiva* na defesa da nossa herança. E preocupar-se em garantir a língua portuguesa como um *instrumento de trabalho*; e os resultados obtidos, nesta matéria, têm sido inaceitáveis. O lugar da nossa língua perde terreno todos os anos. Se não fosse o Brasil, o português seria tão falado no mundo como o italiano!

Quarto, uma diplomacia económica que promova vectores estratégicos, como o investimento directo estrangeiro, as exportações e o turismo. Os agentes estaduais, quando se deslocam ao estrangeiro, devem continuar (e cada vez mais) a fazer-se acompanhar por comitivas de especialistas da

área económica, empresários e outros agentes não estaduais, que ajudem à conquista de novos mercados, à internacionalização das empresas lusas.

**P**ortugal deve assumir-se na União Europeia, sem medo de reivindicar protagonismo se, em troca, deve dar mostras de eficiência.

Afinal, desde a entrada de Portugal para o projecto de Construção Europeia em 1986, que o país parece ter deixado de ter uma *Meta*; pelo menos definida. O que, sendo assim, poderia explicar porque nos deixámos ultrapassar pela Irlanda e pela Espanha – que estavam numa situação equiparável à portuguesa nos anos 70 – e passámos a rivalizar com a Polónia e a República Checa.

Pensar pequenino, não nos leva longe. Portanto, reconhecendo que Portugal não possui abundância de recursos naturais, urge dinamizar os recursos *de facto* disponíveis. E explorar as áreas em que somos (ou poderemos vir a ser) competitivos à escala regional e ou global.

Não podemos alimentar a ideia de que somos um país periférico. Precisamos demonstrar como e por que é um país central no Atlântico. Que possui relações privilegiadas em todos os continentes e que sabe como as dinamizar. Para que os demais países encarem Portugal como (necessário) parceiro de negociações.

**P**ara começar, o triângulo estratégico português (continente, arquipélagos da Madeira e dos Açores) fica a meio caminho entre o canal da Mancha e o estreito de Gibraltar. Por ele transita grande parte do fluxo aéreo e marítimo intercontinental.

É uma zona da máxima utilidade para a UE e para os EUA. Possui elevado interesse estratégico, no âmbito da segurança e do comércio marítimo.

Talvez por isso, Portugal foi sempre mais reconhecido no contexto atlântico, do que no Europeu. Portugal, numa época em que ainda nem era democrático, foi convidado para ser membro fundador da NATO. Para a CEE, teve de solicitar a adesão, mudar de regime e esperar pela Espanha.

Na Europa, Portugal é repetidamente, designado como pequeno, pobre e periférico. Enquanto no Atlântico, continua pequeno, mas relativamente rico e central – na encruzilhada de três continentes.

Compreende-se, pois, a importância que poderá vir a assumir a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), caso o empreendimento não fique pela rama, de um modelo-piloto pouco ambicioso; mas evidencie o quanto sete países diferentes e irmãos são capazes de criar projectos mutuamente vantajosos, e de investir em áreas em que possuam vantagens competitivas. A união faz a força. Tal poderá projectá-los na cena internacional.

**P**ortanto, temos vocação atlântica. Claro que esta *não é alternativa* à participação de Portugal na UE. É complementar.

Aliás, é por ser Estado-membro da União Económica e Monetária que Portugal possui margem de manobra.

Mas tal implica investimento. Uma boa gestão dos recursos. Espírito de iniciativa.

É preciso garantir que Portugal não perca poder dentro da União. Não basta receber fundos – até porque, um dia, eles vão deixar de vir. *Sem poder, não somos nada*. Precisamos saber negociar. E reivindicar.

Ou seja, compete ao país harmonizar os vários planos de acção, nos vários continentes. E, porque não, talvez daqui a uns anos Portugal possa aspirar a pólo numa rede que eleve estrategicamente a importância geoeconómica do Hemisfério Sul, ainda por dinamizar.

**P**or outro lado, pode investir naquela que foi, desde sempre, a sua grande especialidade: o MAR.

Portugal possui agora uma Comissão Estratégica dos Oceanos, que visa dinamizar uma área de interesse nacional, que explora o potencial marítimo português.

O que implica renovar a importância dos rios navegáveis e os estuários de águas profundas, úteis a navios mercantes tendencialmente maiores. Bem como, renovar a indústria de construção, a reparação naval.

Aumentar a frota mercante. Apostar na marinha de cabotagem, para transbordo de cargas transportadas em rotas oceânicas para rotas costeiras. E numa política de pescas que respeite a natureza.

Incentivar desportos náuticos e competições de qualidade, que impulsionem o turismo ecológico, a par do turismo histórico-cultural. Mas para isso, há que garantir a segurança da costa. Com meios eficazes. Que não temos.

E estimular a investigação científica e tecnológica de topo. Oferecer garantias aos mais qualificados, para que fiquem em Portugal e ajudem a colocar o país no mapa científico mundial.

**P**orque ambicionar não é arrogância. Desde que envolva trabalho e empenho. Uma *Visão*. E espírito de missão.

Já espantámos o mundo duas vezes. Vamos espantá-lo uma terceira. Sem prejudicar os outros. Ou a nós próprios, já agora.

Cada qual pode contribuir. Para podermos exigir.

Para aumentarmos o nosso prestígio internacional. E dar um incentivo às comunidades de emigrantes e de descendentes de lusos espalhados pelo

mundo, que almejam por um modelo de referência *actual* de que se possam orgulhar. Que possam amar.

Urge coragem e sentido de Estado. E uma nova atitude conjunta. Que ambicione.

Juntos podemos conseguir o que quisermos. Querer é poder. E a esperança, a última a morrer.

Já chega de ouvir dizer mal de Portugal.

Se anda na boca do mundo por más razões, compete-nos mudar para melhor. Continuar a participar em grandes eventos. E conquistar o mercado. Com a diferença e a qualidade dos nossos produtos. Criatividade nunca nos faltou. Na base do mercado está *a confiança*.

Do que estamos à espera? Já não vale a pena? *A nossa a alma ficou pequena?*

Camões cantou a alma lusitana pela razão simples de que Portugal o merecia.

Podemos merecê-lo novamente. Se acreditarmos em nós próprios. E nos voltarmos a unir em torno do ideal que deve ser Portugal.

[sousagalito@yahoo.fr](mailto:sousagalito@yahoo.fr)

(10/03/2005)